

R. Sen. Salgado Filho, 528 - Centro,
Santana do Livramento - RS, 97573-432
Telefone: (55) 3241-8600

Vereador
Enrique Civeira
Neneco



Ilustríssimo Senhor

Aquiles Pires

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

011/2022

REQUERIMENTO

O Vereador signatário, no uso de suas atribuições legais e regimentais, solicita a juntada de documentos em anexo, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2022.

Santana do Livramento, 31 de Janeiro de 2022.

Enrique Civeira – NENECO
VEREADOR – PDT

DAGBERTO REIS
Vereador (PT)

Correio DO Pampa



MS MUNHOZ & SADOVIK
CAB. 4228
CLAUDIO MUNHOZ
Especialista em: Engenharia e Arquitetura
(55) 96123.2650

NADIA S. MUNHOZ
Especialista em: Engenharia e Arquitetura
(55) 96429.5563



RÁDIOWEB

**Correio
DO Pampa**
INSTALE NOSSO APP:

www.correiodopampa.com.br

O MELHOR
DA MÚSICA
POPULAR
BRASILEIRA
É AQUI !!!

VOTAÇÃO



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
SANTANA DO LIVRAMENTO

Aumento de 33,82% do IPTU poderá ser derrubado na Câmara

Projeto de Decreto Legislativo deve ir à votação nos primeiros dias de fevereiro

PÁGINA 14

SAÚDE

**Vacinação avança no
Município e registra
mais de 430 crianças
com a primeira dose**

PÁGINA 23

POLÍCIA

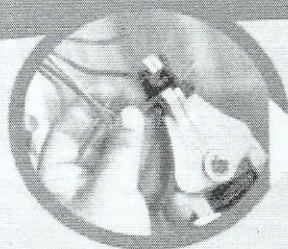
**Após fuga de apenados,
Penitenciária de Livramento
muda rotinas internas e
aumenta efetivo**

PÁGINA 19

ESTIAGEM

**Mais de 5000 hectares
já foram devastados por
incêndios e perda na
lavoura pode chegar a 50%**

PÁGINA 13



CASA DAS LÂMPADAS

MATERIAIS ELÉTRICOS

Mão de obra especializada

Realizamos serviços elétricos em condomínios,
residências e empresariais.
INSTALAÇÕES: Prediais, industriais, chuveiros,
luminárias, alta tensão, quadro de comando
e conserto de telefones

Especializada

instalação, manutenção,
colocação de gás e
limpeza de ar-condicionados
Aceitamos todos os cartões

Em até 10x VISA



RUA SILVEIRA MARTINS, 381 - FONE 3243.7699 - (55) 98459.7699

Handwritten signature or mark.



Percepções

Claudio Munhoz

claudiomunhoz3@gmail.com

• Posicionamento

Levantamento realizado pela editoria do Jornal e publicado nesta edição, mostra a posição contrária dos vereadores ao índice de 33,82% aplicados no IPTU. O projeto de decreto legislativo que susta os efeitos e corrige os valores do IPTU para 2022 deverá ir a votação no dia 9 de fevereiro. Sendo aprovado, fica sustado o decreto 9.749.

• Interesse público

Os vereadores Enrique Civeira e Dagberto Reis, autores do novo decreto legislativo, entendem que houve "afronta ao interesse público em razão da postura do Executivo em impor pesado ônus financeiro a todos os contribuintes, em especial aos mais pobres".

• Comércio

Presidente do Sindilojas, Sergio Oliveira, tem assumido uma posição em defesa dos comerciantes, entendendo que o reajuste do IPTU repercute em toda a sociedade. Ele tem razão. Este valor vai ser repassado, pois toda a despesa administrativa, no comércio, onera o produto final.

• Carga tributária

Qualquer carga tributária ou qualquer taxa, qualquer custo extra que seja englobado no produto, que seja imposto ao produto, vai ser anexado e isso torna Livramento uma cidade mais cara.

• Autorização legislativa

O decreto municipal estabelece que o IPTU deve ser corrigido com base no CUB, o qual está atrelado ao IGPM. A questão é que o CUB está direcionado para construção nova e não imóveis usados. Há equívocos na lei. A Prefeitura poderia ter enviado para a Câmara projeto de lei mudando o indexador.

Se for mantido o aumento de 33,80%, a arrecadação prevista de 9 milhões irá para 33 milhões.

Vários prefeitos tomaram iniciativa, inclusive de não aumentar o IPTU. Se tem autorização do Legislativo não configura renúncia de receita.

Sugiro que você leia entrevista com o prefeito de Quaraí, nesta mesma página, para entender a forma de agir daqueles que preferiram aplicar o índice oficial (IPCA) ou não aumentar a carga de impostos.

Estiagem

A falta de chuvas deste mês de janeiro deixa um prejuízo que ainda está em fase de apuração. Os números preliminares indicam perda de 30% da reprodução bovina, mais de 31% na bacia leiteira, 40% de perda na lavoura de soja e 80% no milho.

Os incêndios atingiram mais de 5.000 hectares, acarretando enormes prejuízos para os produtores rurais, impactando diretamente toda a cadeia produtiva.

Os prejuízos e perdas no RS estão próximos de R\$ 20 bilhões.

• Orizicultura

As condições do tempo, nestes meses de janeiro, foram adversas ao bom desempenho do arroz. Além das dificuldades referentes à disponibilidade de água para irrigação, as temperaturas superaram os 40°C. O calor extremo durante a fase reprodutiva pode causar a esterilidade de espiguetas e a não formação do grão, comprometendo o potencial produtivo.

• Temperaturas

A próxima semana terá temperaturas mais amenas. Ontem, o ingresso de uma massa de ar seco acabou afastando a nebulosidade. Hoje e amanhã, a presença do ar seco manterá o tempo firme, com temperaturas condizentes com o verão, amenas no período noturno e em torno de 30°C durante o dia.

ENTREVISTA

"Não há como aumentar o IPTU quando a população continua sofrendo os efeitos da pandemia", diz prefeito de Quaraí

O prefeito de Quaraí, Jeferson Pires, decidiu não aumentar o IPTU, mantendo o índice do ano anterior. Ele justifica sua decisão com base em dois aspectos: o estado de emergência em função do Covid, com a redução da capacidade produtiva e o empobrecimento do contribuinte.



CP: Por que o Prefeito decidiu não aumentar o IPTU, em Quaraí?

Jeferson: "A lei 3.861, de 23.11.2021, estabelece que o IPTU seja lançado nos mesmos valores cobrados no exercício do ano passado. Os vereadores entenderam que a lei deveria ser aprovada, pois não há como sobrecarregar uma população que vem sofrendo os efeitos da pandemia. Alicerçamos este decreto em função da calamidade pública, com o aumento de casos de Covid, em Quaraí. As pessoas se socorrem da Secretaria de Assistência Social, pelas dificuldades que estão enfrentando. Buscam cestas básicas, remédios, há uma necessidade muito maior em atendê-las, sem contar o aumento das contas de água e luz. Quem vive de aluguel também sente na pele a impossibilidade dos inquilinos de pagarem pela locação, e, por via de consequência, deixam de pagar o IPTU... A atividade econômica sofreu um baque muito forte. Estas as razões que nos levaram a manter nos mesmos patamares".

CP: Ao manter o índice do ano anterior, não está abrindo mão da arrecadação?

Jeferson: "Não acredito. Estamos fazendo atualização, cobrando por obras novas. Automaticamente, tudo se modifica. Há outras formas de se compensar o que, teoricamente, seria "deixado de se arrecadar a mais". Não está se diminuindo receitas e sim mantendo a que temos".

CP: Qual a posição do Tribunal de Contas?

Jeferson: "O Tribunal de Contas vai ter que levar em consideração o fato de que estamos em calamidade pública e este não é o momento de propor qualquer tipo de au-

mento. Não significa que a Prefeitura não possa cobrar, devendo estimular o número de ações judiciais, ir atrás dos devedores, abrir negociação. O Tribunal vai ter a sensibilidade de não punir os gestores que não aumentaram a alíquota, deixando de fazer reajustes, em função deste momento especial que estamos vivendo, em estado de calamidade, em plena pandemia".

CP: Como a população reagiu em função de sua decisão de não aumentar o valor do IPTU?

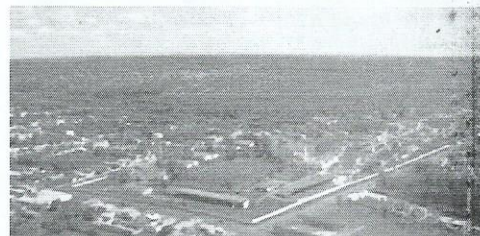
Jeferson: "A população reagiu com normalidade. Não existe clima para aumento de impostos, não há como exigir cobrança a maior. O contribuinte está esgotado. Tanto a nível federal como estadual a gente paga tudo: energia, água, combustíveis. Não há opção de escolha, pois são compulsórios. Não é momento de apertar a população que vive tamanha crise, além da pandemia. Estamos vivendo, tanto no Uruguai como na Argentina, uma política cambial muito séria, com altos e baixos. Também temos índices de desemprego altíssimos, falta de chuva, queimada nos campos, comercialização do gado em baixa, a perda das lavouras de soja, comprometendo 60% assim como a lavoura do milho, com 80% de perda. Não tem como pretender aumentar impostos".

CP: Qual o índice previsto para reajustes?

Jeferson: "São os índices legais. Não temos por costume aumentar muito os índices de arrecadação dos impostos. Utilizamos o IPCA. Uma opção que alguns prefeitos estão utilizando é a aplicação de 10,67%, que é o índice da inflação acumulada nos últimos 12 meses".

CP: Qual a política de seu governo em relação ao transporte coletivo?

Jeferson: "Em Quaraí estamos subsidiando o transporte coletivo. As pessoas não tinham condições de pagar a tarifa por um transporte público que era muito ruim. Fizemos uma contratação com uma nova empresa e a situação está bem melhor. Não se cobra um centavo de ninguém. O transporte agora é gratuito".



ERRATA EDITAL – ELEIÇÃO – AVISO RESUMIDO SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE S. DO LIVRAMENTO

O Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de S. do Livramento RETIFICA, a data da Assembleia Eleitoral para diretoria gestão 2022/2026, nos seguintes termos: Onde lê-se "06 de fevereiro de 2022 leia-se 07 de fevereiro de 2022", onde lê-se segunda votação 07 de fevereiro de 2022 leia-se 08 de fevereiro de 2022, onde lê-se terceira votação 08 de fevereiro de 2022 leia-se 09 de fevereiro de 2022

Sant'Ana do Livramento, 29 de janeiro de 2022.

Sergio Renato Silveira de Oliveira
- Presidente

Handwritten signature or initials.

PRÉVIA

Decreto Legislativo para sustar aumento do IPTU tem maioria dos votos favoráveis

Documento deve entrar em votação nos próximos dias

Está prevista para o dia 02 de fevereiro, a leitura do Decreto Legislativo que visa sustar os efeitos do Decreto do Executivo sobre o aumento do IPTU. Solicitado para que tramite em regime de urgência na Câmara de Vereadores, a expectativa é de que o projeto seja votado antes do dia 15 de fevereiro. Se aprovado, o decreto do Executivo perderá a validade, e a administração deverá elaborar um novo Decreto reajustando os valores pelo índice inflacionário ou encaminhar para a Câmara, em regime de urgência, um Projeto de Lei para troca do índice de reajuste, além de prorrogar as datas para pagamento do IPTU. Como prévia da votação que está prestes a ocorrer, a reportagem do Correio do Pampa perguntou aos vereadores: "O senhor pretende apoiar ou não o decreto que susta o aumento do IPTU? Concorde com os 33,82% ou entende que deve haver uma revisão de valores?"



Rafael Castro- PSB

"Sim, pretendo apoiar o Decreto Legislativo que susta o aumento do IPTU. Não concordo com os 33,82%. Neste ano, nosso reajuste está amarrado ao IGPM traz um ônus muito pesado para o contribuinte. Penso que devemos rever a legislação, utilizando como referência também a legislação de outros municípios".



Duda Amaral- PP

"Eu considero desproporcional esse reajuste de 33,82% no IPTU neste momento em que vivemos, uma estagnação financeira e uma pandemia. E se houver alguma forma legal, dentro da lei e da competência do vereador, defendendo sim uma revisão desse reajuste em percentual menor".



Leandro Ferreira- PT

"Acredito que deva ser revisado e para um indexador que esteja de acordo com a realidade da nossa cidade. Só haverá revisão, se o decreto avançar".



Lídio Mendes- PTB

"Com certeza irei apoiar, pois acho muito abusivo. Em uma época de pandemia, onde as pessoas estão passando por muitas dificuldades, dar um aumento desses é fora de raciocínio. É só fazer uma pesquisa e analisar os outros aumentos. Acho ridículo. Sou favorável ao Decreto Legislativo".



Gilbert Gisler Xepa- PSB

"Pretendo apoiar o Decreto que susta o aumento do IPTU. Discordo totalmente dos 33,82% pois deve haver uma revisão. Embora o Executivo diga que existe legalidade no assunto, entendo que uma coisa é legalidade outra é ser justo. Após uma pandemia, acho totalmente injusto o aumento na proporção que foi. Deve haver uma revisão e farei o que for necessário para que isso aconteça".



Jovani Romarinho- Republicanos

"Estava ciente do reajuste desde quando a LDO ingressou na Câmara para análise e aprovação para 2022. E, analisando os fatos neste primeiro momento, busco um meio legal para que não corra improbidade administrativa por "renunciar a receita" e a responsabilidade venha a ficar com o Executivo ou Legislativo".



Felipe Torres- DEM

"Sou contra o aumento do IPTU e serei favorável ao Decreto Legislativo que tem por objetivo sustar os efeitos do Decreto do Executivo. Sou totalmente contra".



Cleber Custódio- PDT

"Com certeza eu apoio o decreto legislativo que visa sustar o aumento do IPTU determinado pela Prefeita Ana Tarouco. O valor em questão (33,82%) é significativamente alto, pode-se dizer que é um ato desumano para com o povo santanense, que já sofre o suficiente com o desemprego, com o valor da cesta básica, com o valor da luz elétrica, com o valor da água encanada, enfim, com as consequências da pandemia".



Eva Coelho- PDT

"Sim, apoio total, pois eu entendo que esse índice de reajuste é abusivo, e atinge a todas as classes sociais".



Maria Helena Duarte- PDT

"Pretendo apoiar, votando favorável ao decreto legislativo proposto nesta Câmara que tem por objetivo derrubar o decreto do Executivo, que de forma abusiva e inconsequente aumenta os valores de IPTU e taxa de lixo em 33,82%. Minha posição tem por base as graves irregularidades legais contidas no decreto corroborando pelas consequências que vai abalar a população santanense, principalmente os menos favorecidos".



Maurício Galo del Fabro- PP

"Não concordo com o aumento, mas temos que deixar claro que é uma ação obrigatória por parte do Executivo, que segue as Leis que determinam as readequações para evitar renúncia de receita e apontamentos pelo Tribunal de Contas. Enfim, é um índice muito alto, em dois anos de pandemia é um aumento absurdo, sou totalmente contra, assim como a atual administração. A Câmara é quem pode fazer alguma coisa através do Decreto Legislativo, o qual tenho certeza de que será aceito por unanimidade".



Thomaz Guilherme- PTB

"Minha posição desde início após ler e identificar, acredito que não há como agora fazer e reajustar sendo que estamos passando por uma situação financeira e pandêmica a qual não tem como ter essa adequação do índice o qual foi apresentado, teremos SIM estudar uma forma de adequação setorial tributária, porque está muito desproporcional. Então irei acompanhar decreto legislativo".



Romário Paz- MDB

"Essa correção é absurda, e a comunidade está correta em cobrar. Isso acontece porque Livramento usa o índice IGPM, que não é adotado a algum tempo por diversos municípios. Esse reajuste de 33,82 está três vezes maior que a Capital do Estado, está óbvio que deve se fazer a troca do IGPM para IPCA, coisa que já deveria ter acontecido muito antes".

Os autores do Decreto Legislativo



Dagberto Reis- PT

"Sou autor deste projeto, que susta o decreto da prefeita, junto com o colega vereador Enrique Civeira, porque entendemos ser abusivo e desumano aplicar um percentual totalmente fora da realidade financeira das pessoas, muito além da inflação. Além disso é ilegal, já está decidido pelo STF desde 2013 que prefeituras só podem aumentar IPTU acima da inflação por meio de lei aprovada pelo Legislativo. Esperamos contar com o apoio dos demais vereadores".



Enrique Civeira- PDT

"Não concordo porque é uma medida, além de imoral, totalmente ilegal. O reajuste de 33,82% foi baseado na UFRM reajustada pelo IGPM e já tem julgado do STF que diz que todo reajuste que ficar acima da inflação, deve ser reajustado por uma lei autorizativa da Câmara e ela não mandou essa lei ano passado. Ela utiliza um CUB igual para toda cidade, considerando uma casa na Simon Bolívar com o mesmo padrão do Jardim Atenas. Não se aumenta o IPTU por Decreto, e sim por lei enviada à Câmara".



O presidente da Câmara Aquiles Pires- PT

"Mesmo não votando, acho o aumento de 33,82% muito prejudicial neste momento para a população e acima do patamar da maioria dos outros Municípios. Se fosse votar, com certeza votaria a favor do Decreto Legislativo para sustar o Decreto do Executivo e para que haja uma redução nestes índices, os quais acho elevado demais e fora de nossa realidade".

Dep